



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Patriota Malta*

6ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 0145643 - 9/01

COMARCA: 04ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RECORRENTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

RECORRIDO: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV, SUCESSORA  
POR INCORPORAÇÃO DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTÁRTICA  
NORTE-NORDESTE S/A

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO - DECISÃO TERMINATIVA EM APELAÇÃO - PROVIMENTO AO RECURSO - EXEGESE DO ART. 557, §1º-A, DO C.P.C - DESNECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO OU MANIFESTAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - POSSIBILIDADE DE PROVOCAÇÃO DO ÓRGÃO COLEGIADO ATRAVÉS DO RECURSO DE AGRAVO PREVISTO NO ART. 557, §1º DO C.P.C - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE - PRESCINDIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS (FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA DO PERÍODO DE MARÇO A NOVEMBRO DE 1986) PARA EMBASAR DEMANDA EM QUE SE VISA A DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE DAS PORTARIAS 038/86 E 045/86 DO DNAEE - ENTENDIMENTO PACIFICADO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - PRECEDENTES - AGRAVO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0145643-9/01, em que figuram como Recorrente COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE e como Recorrido COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV, SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTÁRTICA NORTE-NORDESTE S/A, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do relator, tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 28 de Janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta  
Relator



33  
020

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
*Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta*

**RECURSO DE AGRAVO Nº 0145643-9/01**

**RECORRENTE: COMPANHIA ENÉRGITICA DE PERNAMBUCO - CELPE**

**RECORRIDO: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV,  
SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS  
ANTÁRTICA DO NORTE-NORDESTE S/A**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo manejado contra decisão terminativa proferida às fls.171/173 nos autos do Recurso de Apelação Cível nº 0145643-9 que, amparada em fundamento contido no §1º- A do art. 557 do Código de Processo Civil, deu provimento ao recurso, por encontrar-se a sentença recorrida em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal e dos Tribunais Superiores.

A inicial de fls. 02/16 apresenta-se desacompanhada de quaisquer documentos, tendo sido o Agravo interposto em oportunidade manifestamente tempestiva, face o cotejo entre as datas da publicação da decisão agravada e da interposição formal.

Alega o recorrente que a r.decisão deve ser anulada, na medida em que foi proferida sem a sua intimação para oferecimento de resposta (contra-razões), em ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Alega, ainda, a inexistência de manifesto confronto entre a sentença hostilizada e súmula ou jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, o que desautoriza a decisão terminativa pelo relator nos moldes do art. 557, §1º-A do CPC.

Postula, ao final, a anulação da decisão hostilizada, no sentido de que seja a agravante intimada para oferecer resposta aos termos da Apelação Cível em apenso e, após o prazo legal, esta seja apreciada e julgada pela egrégia Sexta Câmara Cível.

É o que importa relatar

Recife, 19 de Janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta

*JCP Malta*  
**Relator**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**6ª. Câmara Cível**

*Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta*

**RECURSO DE AGRAVO Nº 0145643-9/01**

**RECORRENTE: COMPANHIA ENÉRGITICA DE PERNAMBUCO - CELPE**

**RECORRIDO: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV,  
SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTÁRTICA  
DO NORTE-NORDESTE S/A**

**ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO RELATOR**

Trata-se de demanda em que foi proferida decisão terminativa com fulcro no art. 557, §1º-A do CPC, que faculta ao relator dar provimento ao recurso, se a decisão recorrida estiver em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

No presente caso, a decisão agravada prescindiu da intimação do ora recorrido para oferecer resposta ao recurso de apelação, porquanto ainda não formalizado o feito com a devida triangularização processual, na medida em que a sentença recorrida indeferiu liminarmente a petição inicial, extinguindo o processo sem resolução do mérito.

Entendo quanto a este ponto, vale ressaltar, já pacificado nas Cortes Superiores, que é desnecessária a prévia intimação ou manifestação da parte contrária no caso do parágrafo 1º-A do artigo 557, já que tal providência não foi prevista no texto do mencionado dispositivo legal.

De outra banda, não se conformando o recorrente com a decisão monocrática do magistrado relator que negou seguimento (*caput*) ou que deu provimento (§ 1º A), poderá ainda, com fulcro no § 1º, do art. 557, do CPC, interpor recurso de Agravo Inominado, no prazo de 5 (cinco) dias, quando então, não sendo objeto de retratação pelo relator, será levado para a mesa onde o colegiado se manifestará. É o que faz neste momento. Assim, não há que se falar em qualquer nulidade da decisão agravada.

Quanto ao tema de fundo, a matéria também se encontra pacificada nos tribunais superiores. A possível controvérsia ora debatida – desnecessidade de documentos (faturas de energia elétrica do período de março a novembro de 1986) para embasar demanda em que se visa a declaração de ilegalidade das portarias 038/86 e 045/86 do DNAEE e conseqüente condenação a restituir valores indevidos – é bastante conhecida, o que dispensa longa divagação sobre o assunto na medida em que já foi repetidamente debatido e



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**6ª. Câmara Cível**

*Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta*

pacificado, de modo que a decisão terminativa ora combatida coaduna-se perfeitamente com este entendimento, não havendo o que reformar ou alterar.

Procura o recorrente, a pretexto de demonstrar o entendimento contrário dos Tribunais Superiores, colacionar alguns julgados esparsos do Superior Tribunal de Justiça que não se amoldam à especificidade que o caso requer.

**Assim, sem mais necessidade de alongar o tema, invocando a fundamentação já lançada na Terminativa recorrida, eis que nenhuma circunstancia nova acena como capaz de lhe alterar a essência, voto mantendo aquela decisão terminativa proferida no recurso de Apelação em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos.**

**É COMO VOTO.**

*- Recife, 26/01/2010.*  
*J. C. Patriota Malta*